



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

AS IMPLICAÇÕES DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NEOLIBERAIS NO PNLD DE GEOGRAFIA

Adriana Cruz Veiga*
(UESB)

Glauber Barros Alves Costa**
(UESB)

RESUMO

Este artigo busca entender o significado da globalização na contemporaneidade, bem como sua política de um novo liberalismo econômico, batizado como neoliberalismo onde o Estado se retira de suas responsabilidades perante as causas sociais. É válido dizer que estas medidas são provenientes de uma política regida por Estados já consolidados quanto sua economia tendo ainda alto índice de alfabetização. Dentro deste contexto, é necessário entender a educação como possibilidade de massificação de uma determinada população de modo rápido e eficiente. Para isto foi analisado o Programa Nacional do Livro didático de Geografia a fim de entender a influencia das políticas neoliberais e campanha de integração se se utiliza da educação para um eventual desenvolvimento econômico. Para fundamentação teórica, pautou-se em Ianni (2001), Santos (2001), Maués (2003) e Weber (2012) e mais tantos outros autores que discutem a temática.

PALAVRAS-CHAVE: Neoliberalismo. PNLD. Educação. Geografia.

INTRODUÇÃO

Não se sabe a que nível de Globalização se quer chegar. Não se sabe também quais são os limites para que se alcance este tão falado “status” que começou a ser buscado desde que, movidos pelo desejo de dominação e acumulação de riquezas,

* Graduanda do curso de Licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia – campus VI. Bolsista de Iniciação Científica pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB. Integrante do Grupo de Pesquisa Cultura, Sociedade e Linguagem – GPCSL. E-mail: acruzveiga@gmail.com.

** Professor orientador assistente do DCH- campus VI lotado no Colegiado de Geografia da Universidade do Estado da Bahia. E-mail: glauberbarros@hotmail.com.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

nações do chamado velho mundo (continente europeu) passou a impor em estratégicos pontos do globo sua hierarquia política, objetivos econômicos e, por que não, sua cultura.

De lá pra cá, mudaram somente alguns atores, reguladores econômicos, métodos e, por que não, metodologias de se buscar a integração das mais variadas nações com o discurso de que assim haveria um maior desenvolvimento econômico. No entanto, não é difícil perceber que, explicitamente, os atores hegemônicos estão buscando globalizar, integrar, agregar, e tanto mais sinônimos para disseminar seu “modo de vida” bem como, angariar clientes para seus superprodutos que a cada dia se modernizam.

Neste trabalho buscamos entender parcialmente o processo de Globalização, partindo do princípio de integrar para dominar. Nesta perspectiva, é dado ênfase ao neoliberalismo, sendo este uma proposta que busca pela homogeneização das nações levando em consideração a economia a cultura e a educação, sendo a última tida como um mecanismo funcional para efetivação da primeira.

Neste sentido, baseando em renomados autores que discutem o tema, a proposta se faz na tentativa de entender como a Globalização e, por conseguinte o Neoliberalismo se apropriou da educação para atingir com maior eficácia as massas. No Brasil, foi analisado como a política Neoliberal se inseriu na educação tomando como análises as políticas educacionais formulados pelo Estado. Para isso, foi analisado o PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) de Geografia (2013), sendo este um manual de orientação para escolha do livro didático pelos professores da rede de Ensino Fundamental.

O conceito de globalização tem sido discutido a luz de inúmeras abordagens na contemporaneidade. Embora não seja um fenômeno recente, é sempre lembrada como o processo de encurtamento das distâncias que se intensificou em meados do século XX, sobretudo a partir de 1970, quando vários países passaram a



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

adotar um modelo de desenvolvimento econômico que se inicia em nações que já se destacavam no cenário econômico mundial.

Os teóricos franceses afirmam que a globalização passa por fases e ela começou na verdade, com as primeiras navegações e foi se intensificando com o imperialismo e por fim com a revolução técnico – científica informacional.

Globalizar passa a ser entendido como inserir. A partir deste pressuposto, os meios de transportes e os meios de comunicação assumem este papel para “encurtar” as distâncias dos mais diversos territórios do globo. Vale dizer, que os meios de comunicação como veículo de inserção, vão ganhar maior eficácia com o desenvolvimento da computação e da internet, se alastrando em espaços até então considerados isolados e impondo uma realidade diferente daquilo que estes territórios viviam.

Mas a serviço de que está este fenômeno tão debatido e, até mesmo banalizado? A resposta é óbvia: a supremacia capitalista. È por esta razão que não se pode considerá-lo como algo recente, ele se inicia com a necessidade de acumular capital, surgido dentro das comunidades desenvolvidas do continente europeu, que vir na expansão marítima a possibilidade de dominar novos territórios e tirar recursos que não era oferecido dentro de seus países, bem como arranjar mercados consumidores para os produtos que eram feitos em suas “modernas” instalações fabris.

A terra mundializou-se de tal maneira que o globo deixou de ser uma figura astronômica para adquirir mais plenamente sua significação histórica. A descoberta de que a terra se tornou mundo, de que o globo não é mais apenas uma figura astronômica, e sim o território no qual todos encontram-se relacionados e atrelados. (IANNI, 2001. p.17)

De acordo a este olhar, a globalização é tida apenas como adequação de países ao mercado mundial, no entanto, quando se analisa o fenômeno sob uma



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

perspectiva de integração, entram em cena outros fatores essenciais de análises e que tem relação direta com o fator econômico.

A globalização sugere uma interpretação que permeia o sentido da invasão, trazendo assim uma análise para além do foco econômico, embora seja este último o regulador de todas as ações do homem desde um certo período histórico. É nesse sentido que surge a defesa de que a globalização se inicia a partir das Grandes Navegações, por volta do século XV, onde se destacaram as nações européias que já dominavam a navegação e acreditavam que poderiam acumular mais riquezas no além-mar.

Esta expansão foi pautada na exploração de territórios onde os europeus desconsideravam os nativos, tornando-os subordinados aos seus interesses, sendo estes posteriormente “evangelizados” e “educados” a luz dos preceitos de uma cultura civilizada. Assim, os expansionistas viam nas terras que chegavam para colonizar grandes possibilidades de acúmulo de riqueza com a retirada de matérias-primas e como comércio e ainda a exploração de uma mão-de-obra barata ou escravizada.

A homogeneização, como fator da globalização, também se inicia nesta fase, já que impor a cultura européia como a única válida em lugares que tinham sua própria identidade foi uma das medidas tomadas para iniciar a colonização. A exemplo de Brasil, pode-se ressaltar a educação jesuítica a serviço da domesticação e implantação de uma religião extremamente diferente das crenças que acreditavam os povos que aqui viviam.

No entanto, outro grupo de estudiosos do tema globalização ganha notoriedade logo após a Segunda Guerra Mundial, em 1945, em meio à intencionalidade de integração das economias e supremacia de uma em relação a outras. Se constituindo como meio de disseminar o capitalismo e sua falsa ideologia de que o desenvolvimento das nações ocorrerá se todas as nações andassem em um mesmo passo. Vale dizer que há uma vasta literatura em torno



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

deste tema e a maior parte está em consenso quando se afirma que a globalização busca a eficácia da produtividade para assim gerar mais lucros.

Nesse sentido, deve-se considerar os mais diversos organismos de caráter internacionais que foram criados na pós-Segunda Guerra para buscar esta dita integração entre as nações e a reconstrução econômica dos países devastados. São organizações multilaterais que pregam a função de regular a economia, adequar os países em sintonia para um mesmo desenvolvimento visando a diminuição das desigualdades.

Pode-se citar com exemplo o Banco Mundial (BIRD), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização das Nações Unidas (ONU) todas sediadas em países de desenvolvimento econômico avançado. São eles os responsáveis por tomar decisões mediante a busca incessante pelo lucro e poder. Ball (2004, p. 1114), afirma “O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), em particular, estão profundamente comprometidos com o que, às vezes, é chamado de americanização da economia mundial.”

Weber (2012) vem dizer que globalizar é racionalizar, onde o homem é submetido a adequar aos padrões apregoados em uma escala local, nacional e mundial, sendo levados a consumir, mesmo sem a devida necessidade, o que está sendo constantemente produzido em função da acumulação de mais capital. Racionalizar para este autor é “educar” as pessoas em todos os cantos do mundo em uma perspectiva em que só estarão conectadas se compartilharem de um mesmo conhecimento, sendo este conhecimento válido se for legitimado por uma comunidade científica “globalizada”.

Dentro da crítica dos princípios da globalização, pode-se dizer que “(...) o processo de Globalização é visto como algo que obscurece os limites nacionais, altera solidariedades dentro dos Estados e entre eles, e afeta profundamente a constituição de identidades nacionais e de grupos de interesse.” (MORROW, *et al.*



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

2004, p, 28). Santos (2001) reforça que ela quebrou solidariedades, diminuição a compaixão em um contexto de corrida ao lucro e supremacia .

Tendo em vista uma integração econômica, a globalização se insere em outros viés para garantir seu êxito, cabe aqui refletir como a educação é tida como possibilidade de inserção em massa da população dentro destes preceitos. Assim, a educação assume o papel de normatização das pessoas, conscientização para o ideal de formar para melhor produzir, bem como se assumirá como possibilidade de lucro para grandes empresas internacionais.

Dentro da função de normatizar para integrar, é produzida uma educação “cosmopolita”, afim de diminuir as diferenças culturais e a facilitar a comunicação dentro dos mais diferenciados espaços. Desta forma, e como o Estado já distanciado das questões sociais, entra em cena os organismos internacionais para regular as políticas educacionais e assumir o papel de ministério da educação a nível internacional, implantando um mesmo ideal nas escolas.

Vale dizer, que sendo um direito social que deve ser oferecido pelo Estado, a educação passa a ser tratada como gasto aos cofres públicos, e não como investimento na formação para cidadania. Assim, se iniciam intensas reformas educacionais para regulação social, onde Maués (2003) enfatiza que “tendo em vista que a educação como política pública estaria, segundo a concepção neoliberal, “desviando” recursos, desequilibrando o orçamento, provocando déficits públicos, que geram inflação e desemprego, criando a crise.” (P. 96)

Essas reformas são gerenciadas pelo Banco Mundial, que se assume quanto o principal regulador das políticas educacionais, se inserindo em todas as esferas do processo de ensino aprendizagem. Para esta organização, o papel da escola está vinculado ao projeto de desenvolvimento econômico das nações, formando assim nas escolas mão de obra eficiente para atuar mercado de trabalho para aumentar a produtividade e, por conseguinte gerar mais lucros.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Nesta perspectiva da escola como formadora para o mercado, a Organização Mundial do Comércio (OMC) chega a inserir em sua agenda a educação como possibilidade de uma nova estruturação econômica mundial. Desta forma, Banco Mundial e OMC estabelecem objetivos comuns em relação a escola “[...] afirmando que a educação tem de ser produtiva e que é preciso gerenciar melhor a escola, os conteúdos e a formação de professores, sugerindo em relação ao último item uma formação mais curta e fora das universidades.” (MAUÈS, 2003. p. 95).

As reformas educacionais, como uma política pública, passam a ser compreendidas como instrumento usado pelo Estado para manter as bases de funcionamento do sistema de acumulação, o que reforça a tese de regulação social como controle, mas também aponta na direção de ajuste estrutural exigido pelos organismos multilaterais aos países com dívidas externas, como forma de garantir o pagamento delas. (*idem, ibidem*. p. 95)

Para Maués (2003), a escola e as reformas pelas quais está passando, servirá como meio de controle social, tendo em vista que estas medidas são tomadas “de baixo para cima”, comandando assim, de certa forma, o âmbito econômico, político e social estando todos estes segmentos em consonância com as relações no contexto mundial.

Assim, pode-se dizer facilmente que a educação está a serviço do desenvolvimento econômico e logo, das grandes nações desenvolvidas sendo estas responsáveis por regular, de acordo seus interesses, os organismos internacionais. È valido afirmar também que no campo das intensas privatizações como alternativa a solucionar a ineficácia do Estado para gerir os bens públicos, a educação se tornou possibilidade de lucro para grandes instituições privadas, inclusive empresas que atuam em outros setores, sem adotar as peculiaridades do setor, prevalecendo o uso de métodos padronizados de mensuração e de controle.

Diante desta discussão tem que considerar que os problemas que interferem na aprendizagem e na boa relação professor-aluno não são discutidos a



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

luz da literatura que analisa o neoliberalismo e a globalização. É considerada um problema social, que contamina o ambiente escolar de grande parte das escolas em todo país. No entanto, como afirma Milton Santos, este é um problema referente a crise estrutural que este novo contexto econômico trouxe aos diversos âmbitos da sociedade – político, econômico e social. Esta crise é a raiz de inúmeros problemas contemporâneos, “é a mãe de toda violência”.

Neste sentido, Maués (2003, p. 102) vem questionar a real finalidade da educação no cenário da globalização e das reformas neoliberais, que permeia meramente os objetivos econômicos: “Até que ponto os currículos dos cursos estarão dando importância à formação de um profissional crítico, analítico, capaz de compreender os processos sociais e fazer as relações necessárias entre estes e a sala de aula, a profissão, os conteúdos ensinados?”

Com relação às políticas educacionais dentro do cenário brasileiro pode-se afirmar que estas sofrem interferências diretas do Banco Mundial, na busca pelo desenvolvimento do país e em meio a outras inúmeras políticas de integração da nação ao contexto mundial, sobretudo no que tange a economia.

Juntamente com as intensas privatizações de grandes estatais nacionais, foram criadas no âmbito educacional as mudanças sugeridas de “fora pra dentro”, sobretudo na década de 1990. Nesse sentido é aprovada a nova Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB – 9394/96) que posteriormente orienta a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s), este por sua vez direciona para a elaboração do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), sendo este último o nosso objeto de análise restringindo ao de Geografia.

O PNLD de Geografia se constitui como ferramenta de orientação aos autores dos livros didáticos assim como os avaliadores e aos professores do ensino fundamental para que possam escolher o livro didático que esteja coerente com a proposta da construção do conhecimento do aluno.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

O guia destaca que o livro para os alunos tem o papel de levar a apreensão dos conceitos bem como compreender a relação destes com os processos espaciais inerentes a sua realidade. Já para os professores servem como ferramenta de apoio no planejamento didático e pedagógico, sendo ainda como auxiliar no processo de formação continuada.

Para selecionar os livros analisados pelo guia, foi pensado um edital que trouxessem livros condizentes com legislação educacional brasileira, LDB (9394/96), trazendo princípios específicos para os livros de Geografia e para o manual do professor para que este não venha trazer contradições em relação ao livro do aluno.

Alem da LDB, os professores também buscam embasamento nos PCN's, ambas políticas construídas em contexto neoliberais da globalização, o PCN é tratado como norteamento para as mais diversas ações pedagógicas dos professores

Ao analisar o Manual do Professor, os docentes verificarão que poucas são as obras que optam pela filiação a uma corrente do pensamento geográfico específica. A maioria, porém, afirma adotar uma concepção crítica, a partir da qual são desenvolvidos os conceitos básicos da ciência geográfica. Destaque-se que a concepção crítica adotada pela maioria das coleções sofre a influência das prescrições presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais, o que demonstra a forte influência que esse documento oficial passou a ter sobre o ensino da geografia no Brasil.(Guia PNLD, 2012. p. 13)

O próprio guia já sinaliza que sofre influências do PCN. Como os PCN foram criados no governo de Fernando Henrique Cardoso sob a tutela de teóricos como Jacques Delors, Perrenoud e o espanhol Cesar Coll, pensadores estes que foram contratados pelo governo e trouxeram algumas perspectivas dos países ricos e da ONU para o documento.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Vale dizer que, para que o professor faça a análise adequada das coleções sugeridas pelo manual, é necessário que este esteja ciente das necessidades dos seus alunos bem como, das orientações do Projeto Político Pedagógico da escola.

Os princípios do manual para escolha de um livro “coerente” com esta política educacional, bem como com o rigor e veracidade das informações são apresentados da seguinte forma:

1. Respeito à legislação, às diretrizes e às normas oficiais relativas ao ensino fundamental;
- [...]3. Coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica assumida pela coleção, no que diz respeito à proposta didático-pedagógica explicitada e aos objetivos visados;
- [...]6. Adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico aos objetivos didático-pedagógicos da coleção. (Guia PNLD, 2012. p. 8)

No caso específico de Geografia o guia sugeriu que os livros tivessem, dentre outros princípios, aliança coerente entre mapas e conteúdos sendo que estes tem de estar de acordo com as convenções cartográficas

- [...]
- Articula relações espaço temporais que possibilitem compreender a construção histórica do espaço geográfico e as interações da Sociedade com a Natureza; [...]
- Relaciona conceitos e informações, encaminhando os passos necessários à análise da dimensão geográfica da realidade;
- Destaca discussões e renovações na área, mostrando-se atualizada em relação aos avanços teórico-metodológicos recentes aceitos pela comunidade científica e incorporados à corrente de pensamento que for adotada pela coleção ou livro didático; (Guia PNLD, 2012. p. 8)

È importante lembrar que o manual alerta que,

[...] embora os livros tratem da relação sociedade e natureza, poucas são as problematizações quanto às contradições inerentes a esse processo, seja do ponto de vista do modo de produção e consumo capitalista como paradigma predatório dos recursos naturais, seja das diferenças que envolvem a diversidade de sujeitos envolvidos na produção social do espaço. (Guia PNLD, 2012. p. 17-18)



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Portanto, é necessário que o professor esteja atento para as limitações que os livros trazem para que a formação dos conceitos inerentes a ciência geográfica, já que estes não são tratados explicitamente nas coleções, como alerta o manual, quando diz que os conceitos vão sendo formados a medida que os alunos vão tendo contato com os conteúdos. Assim, acaba sendo da responsabilidade do professor a mediação para que este aprendizado seja efetuado.

O que se percebe com o PNLD é que como mais uma política neoliberal ele mantém a ideia de “descentralização centralizada” (SPÓSITO, 2004). Ou seja, o governo libera a produção do livro didático por parte dos autores e editoras descentralizando a criação e produção, mas centraliza ao propor o PNLD como roteiro para produção desses livros.

Por fim, no que tange a discussão acerca do papel do neoliberalismo, estratégia da tão dita globalização, pode-se dizer que a educação é sim um mecanismo rápido de acesso á população e reproduzir assim as idéias que o Estado quer propagar, neste caso, a de formar cidadãos conscientes de seu papel na sociedade e adequadamente formado para se inserir no mercado de trabalho.

CONCLUSÕES

Os princípios de uma educação de qualidade, emancipadora e libertadora estão de fora dos parâmetros neoliberais no atual contexto das políticas educacionais brasileiras onde, embora abordem em algum momento a necessidade de formação de um cidadão crítico e consciente de seu papel no espaço dá maior ênfase a necessidade de formar mão de obra capacitada para o mercado de trabalho.

Aumentaram o numero de escolas e de programas de apoio a alfabetização de um maior números de pessoas, no entanto, estas são apoiadas por organismos



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

internacionais vinculados a instituições financeiras de nomes renomados e regidas por países com alto nível de desenvolvimento econômico. O Estado, por meio das idéias de um novo liberalismo econômico se torna omissos diante das inúmeras necessidades das causas sociais, abrindo suas portas para que o capital estrangeiro e estas regras ditas “integradoras” invadam os mais diversos segmentos da sociedade.

Conclui-se que o PNLD de Geografia historicamente avança dentro da concepção curricular ao ser assumido pelas universidades, mas ainda assim ele é uma política baseada na concepção neoliberal, já que seu fundamento parte da ideia dos PCN's, o que de certa forma reflete na produção dos livros didáticos de Geografia.

Assim, tomando como base a análise do PNLD de Geografia, e entendo que este é uma ferramenta pedagógica construída a partir das orientações dos PCN's e, este por sua vez elaborado a partir dos parágrafos e incisos da LDB, pode-se dizer que todas estas políticas mencionadas são produtos das orientações neoliberais que se introduziu com força no Brasil no início da década de 1990.

REFERÊNCIAS

- BALL, STEPHEN J. Performatividade, privatização e o pós-estado do bem-estar. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1105-1126, Set./Dez. 2004
- BURBULES, N.; TORRES, C.A. **Globalização e educação: perspectivas críticas**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2004.
- CASTELL, Manoel. The Rise of the network society. In: MORROW, Raymond A.; TORRES, Carlos Alberto. Estado Globalização e Políticas Educacionais. Porto Alegre: Artmed Editora, 2004
- KELLNER, D. A globalização e os novos movimentos sociais. In: BURBULES, N.; TORRES, C.A. **Globalização e educação: perspectivas críticas**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2004.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

IANNI, Octávio. **Teorias da Globalização**. 9ª. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Weber e a globalização como racionalização do mundo**. Disponível em:

<http://www.sociological.dominiotemporario.com/doc/Max_Weber_e_a_Globalizac_ao.doc>. Acesso em: 15 de Dezembro 2012.

MAUÉS, Olga Ises. **Reformas Internacionais da Educação e formação de professores**. Departamento de fundamentos da educação da UFPA. Cadernos de pesquisa, n. 118, p. 89-117, março de 2003.

MORROW, Raymond A.; TORRES, Carlos Alberto. Estado Globalização e Políticas Educacionais. In: BURBULES, N.; TORRES, C.A. **Globalização e educação: perspectivas críticas**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2004.

RIZVI, Fazal. A educação internacional e a produção da imaginação global. In: BURBULES, N.; TORRES, C.A. **Globalização e educação: perspectivas críticas**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SPÓSITO, Maria Encarnação. As Diferentes Propostas Curriculares e o Livro Didático. In: (Org.) PONTUSCHKA, Nidia Nacib. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Geografia em Perspectiva**, São Paulo: Contexto, 2004.